



Data: 13.06.2016

Horário: 14h às 18h10

Local: Auditório da Câmara Única

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística.

Avaliar a execução da Estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para o período 2015-2020.

- 3.1. Leitura, apreciação e aprovação da ata da 1ª RAE;
- 3.2. Pendências da 1ª RAE:
 - 3.2.1. Deliberação sobre o glossário de indicadores estratégicos;
 - 3.2.2. Deliberação sobre a proposta de alteração de meta do indicador 25 (índice de conciliação processual).
 - 3.2.3. Deliberação sobre valores da pesquisa estabelecida pelo indicador 24 (índice de satisfação do cidadão).
 - 3.2.4. Deliberação sobre a proposta de metas sugerida pelo escritório de projetos para os indicadores sem metas definidas (indicadores 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17).
- 3.3. Propostas do escritório de projetos, dos gerentes de projetos e do núcleo de estatística:
 - 3.3.1. Criação do índice de efetividade da conciliação (iec) no objetivo estratégico cidadania;
 - 3.3.2. Fusão dos projetos judiciário forte e conciliação;
 - 3.3.3. Alteração da nomenclatura do indicador 13 "Taxa de congestionamento em litigância serial" para "Taxa de congestionamento em demanda de massa";
 - 3.3.4. Transferência do indicador 24, "Índice de satisfação do cidadão", do objetivo estratégico cidadania para o relacionamento.
 - 3.3.5. Transferência do indicador 5, "Índice de virtualização de processos novos", do objetivo estratégico modernização para simplificação.
 - 3.3.6. Criação do "Índice de modernização dos processos de trabalhos administrativos" para o objetivo estratégico modernização.
 - 3.3.7. Transferência do indicador 8, "Tempo médio do processo administrativo - dias", e do indicador 19, "Índice de agilidade na tramitação da aquisição de bens e services", para o objetivo estratégico modernização.
- 3.4. Indicadores:
 - 3.4.1. Metas nacionais;
 - 3.4.2. Indicadores estratégicos;
- 3.5. Projetos Estratégicos:
 - 3.5.1. Apresentação do andamento dos Projetos Estratégicos pelos seus gerentes.



Comentários:

O Dr. João Matos Teixeira Júnior, membro do Comitê de Gestão Estratégica e Juiz Auxiliar da Presidência, fez a abertura do evento agradecendo a presença de todos e informou que o objetivo de estarem reunidos naquele momento era a realização da 2ª Reunião de Análise Estratégica com o propósito de examinar e julgar o que fora produzido e mapeado em cada projeto estratégico. Em seguida apresentou o mapa estratégico 2015-2020 e a situação de cada objetivo estratégico até aquele momento. Prosseguiu com os temas definidos na pauta para aquela reunião, conforme abaixo:

Item 3.1 da pauta: Leitura, apreciação e aprovação da ata da 1ª RAE.

O servidor Job Duarte Moraes, Assessor de Planejamento e Organização, fez a leitura da ata da 1ª RAE, que foi aprovada por unanimidade e assinada pelos presentes na 1ª RAE, ressaltando que os pontos pendentes de deliberação nela contidos foram dirimidos durante as apresentações na 2ª RAE por cada gerente de projeto.

Item 3.2 da pauta: Pendências da 1ª RAE.

a) **Item 3.2.1 da pauta:** Deliberação sobre o glossário de indicadores estratégicos.
Encaminhamento: Aprovado pelo Comitê de Gestão Estratégica.

b) **Item 3.2.2 da pauta:** Deliberação sobre a proposta de alteração de meta do indicador 25 (índice de conciliação processual).

Decisão: O Comitê de Gestão Estratégica aprovou a sugestão apresentada pelo Escritório de Projetos de alterar a meta do referido indicador de 70% para 15% (2015), 18% (2016), 21% (2017), 24% (2018), 27% (2019) e 30% (2020), por falta de parâmetro da consultoria quando da definição do percentual de 70%.

c) **Item 3.2.3 da pauta:** Deliberação sobre valores da pesquisa estabelecida pelo indicador 24 (índice de satisfação do cidadão).

Decisão: O Comitê de Gestão Estratégica decidiu que a pesquisa de satisfação do cidadão, com base nos levantamentos do Escritório de Projetos, será realizada em todo o estado do Amapá, com avaliação da opinião do cidadão em cada município do estado. Caberá ao TJAP definir os critérios técnicos da pesquisa, elaborar o questionário, analisar os dados e elaborar o relatório, e à empresa a ser contratada caberá a aplicação dos questionários. Segundo o levantamento feito pelo Escritório de Projetos, a realização da pesquisa nos moldes acima descritos custará em torno de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O Assessor de Planejamento, Job Duarte Moraes, ressaltou que a realização da pesquisa de satisfação do cidadão é importante não só para conhecer a visão que o cidadão amapaense possui acerca da Justiça do Amapá, mas também para subsidiar a revisão do seu Plano Estratégico.

d) **Item 3.2.4 da pauta:** Deliberação sobre a proposta de metas sugerida pelo escritório de projetos para os indicadores sem metas definidas (indicadores 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 17).

Decisão: O Comitê de Gestão Estratégica acatou as metas sugeridas pelo Escritório de Projetos para cada indicador mencionado. O Assessor de Planejamento ressaltou que as metas foram propostas com base em levantamento da série histórica medida pelo Núcleo de Estatística, que subsidiou a definição de metas exequíveis, uma vez que ainda não tinham sido definidas quando da elaboração do PEI 2015-2020.

Item 3.3 da pauta: Deliberação sobre as propostas apresentadas pelo Escritório de Projetos, Gerentes de Projetos e Núcleo de Estatística:

a) **Item 3.3.1 da pauta:** Criação do indicador 27 (Índice de Efetividade da Conciliação - IEC) no objetivo estratégico Cidadania,
Decisões:



a) O Comitê de Gestão Estratégica aprovou, por maioria, a sugestão de criação do indicador 27, bem como a criação do indicador 28 (índice de processos que não se realizam por falta de intimação da Secretaria e/ou por não comparecimento das partes), sugerido pelo Dr. Bianchini.

b) O Comitê de Gestão Estratégica acatou a sugestão da gerente do Projeto Estratégico Conciliação, Sônia Ribeiro, de que, até a realização da próxima RAE, fosse feito um estudo pelo Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação – NUPEMEC em conjunto com o Escritório de Projetos, o Núcleo de Estatística e a SGPE, com o objetivo de mapear o procedimento adotado atualmente nas conciliações processuais a fim de identificar e propor a melhor maneira de compor os indicadores que serão utilizados para mensurar o alcance das metas estabelecidas.

b) Item 3.3.2 da pauta – Fusão dos projetos Judiciário Forte e Conciliação;

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica, sob o argumento dos gerentes dos respectivos projetos de que a fusão seria necessária em virtude de o projeto Judiciário Forte tratar do tema Cidadania, envolvendo conciliação e desjudicialização, que também são tratados no projeto Conciliação, sendo, portanto, abarcado por este.

c) Item 3.3.3 da pauta – Alteração da nomenclatura do indicador taxa de congestionamento em litigância serial para taxa de congestionamento em demanda de massa;

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica.

d) Item 3.3.4 da pauta – Transferência do indicador 24 (Índice de Satisfação do Cidadão) do objetivo estratégico Cidadania para o Relacionamento.

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica, sob o argumento apresentado pelo Dr. João Matos de que avaliar o índice de satisfação do cidadão está relacionado aos resultados que se pretende obter com o objetivo estratégico Relacionamento.

e) Item 3.3.5 da pauta – Transferência do indicador 5 (Índice de Virtualização de Processos Novos) do objetivo estratégico Modernização para o objetivo estratégico Simplificação.

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica, sob o argumento explicado pelo Dr. João Matos de que o deslocamento do indicador 5 para o objetivo estratégico Simplificação é mais adequado em virtude de este objetivo tratar da virtualização de processos da área judiciária e o de Modernização tratar de implantação de procedimentos da área administrativa.

f) Item 3.3.6 da pauta – Criação do Índice de Modernização dos Processos de Trabalhos Administrativos no objetivo estratégico Modernização.

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica.

g) Item 3.3.7 da pauta – Transferência do indicador 8 (Tempo médio do processo administrativo – dias), do objetivo estratégico Simplificação, e do indicador 19 (Índice de agilidade na tramitação da aquisição de bens e serviços), do objetivo estratégico Captação e Gestão de Recursos, para o objetivo estratégico Modernização.

Decisão: Aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica, sob a justificativa apresentada pelo Dr. João Matos de que esses indicadores estão diretamente relacionados aos resultados que se pretende alcançar com o objetivo estratégico Modernização.

Item 3.4 da pauta: Indicadores (Metas Nacionais e Indicadores Estratégicos).

a) Item 3.4.1 da pauta – Metas Nacionais:

Decisões e encaminhamentos: As decisões e/ou os encaminhamentos para cada meta nacional abaixo foram tomadas com base nas mensurações obtidas pelo Núcleo de Estatística e apresentadas pelo Dr. João Matos.

a.1) Meta 1 (Julgar mais processos que os distribuídos). Está muito baixo (33,71%) e precisa ser melhorado.



- a.2) Para a consecução das metas 2, 4, 6 e 8 a Justiça Estadual está seguindo o direcionamento correto, conforme dados levantados pelo Núcleo de Estatística.
- a.3) Meta 3 (Aumentar os casos solucionados por conciliação): O Dr. João Matos ficou de apresentar na 3ª RAE indicadores para a meta 3;
- a.4) Meta 5 (Impulsionar processos à execução): Dr. João Matos ficou de verificar se essa meta é voltada apenas para a Justiça Federal, pois não há informação para ela;
- a.5) Meta 7 (Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos): O Dr. João ficou de tratar com o vice-presidente acerca dessa meta;
- a.6) Meta 8 (Implementar práticas de Justiça Restaurativa): Para atender esta meta, será implantada uma unidade para oferecer prática de Justiça Restaurativa na Comarca de Santana, com equipe devidamente capacitada, até 31/12/2016.

Metas Específicas:

1) Diminuir o valor da despesa por processo baixado em relação ao ano anterior, até 31/12/2016.
Encaminhamento: O Tribunal precisa baixar o valor da despesa por processo, pois em 2016 está em R\$ 3.197,00 (dado atualizado até maio de 2016) enquanto que em 2015 ficou em R\$ 2.654,00. Para tanto, segundo o Dr. João Matos, é necessário que se produza mais com as ferramentas de que o Tribunal dispõe, pois quanto mais processos forem arquivados, menor será esse valor;

2) Mapear 100% das competências das funções da justiça de primeiro e segundo grau, até 31/12/2016, para subsidiar a implantação da gestão por competências.

Encaminhamento: Essa meta precisa ser mapeada, pois está em 0%.

b) Item 3.4.2 da pauta – Indicadores Estratégicos:

Comentários: O Dr. João Matos apresentou a sinalização do Mapa Estratégico, colorido conforme os resultados atingidos para as metas. Indicador fica verde quando o resultado da meta for igual ou superior a 90%; amarelo, quando o resultado da meta for maior ou igual a 60% e menor que 90%; vermelho, quando o resultado da meta for menor que 60%; e, branco, quando não há indicador.

Item 3.5 da pauta: Projetos Estratégicos.

Comentários: O Dr. João Matos, antes que os Gerentes de Projetos iniciassem suas exposições, explicou que a dinâmica da apresentação aconteceria com base na mensuração das metas dos indicadores tanto em 2015 quanto em 2016.

a) Projeto Melhor+

O gerente do projeto, Diego França, informou que o indicador 4 (Índice de lideranças capacitadas nas competências estratégicas) é o que está diretamente relacionado a esse projeto. E ainda não apresenta resultados, pois depende da realização da 1ª fase que consiste no mapeamento das competências estratégicas. Para que esse mapeamento seja feito, foi indicada a contratação de uma consultoria para mapear as competências de toda a área fim do Tribunal (1º e 2º graus) e da área administrativa, já que fazê-lo de forma fragmentada seria mais dispendioso para o Tribunal, uma vez que os custos das consultorias para deslocamento é único, ou seja, independe do tamanho do grupo que será mapeado.

O gerente ressaltou ainda que o projeto estratégico gestão por competências é um projeto base para a execução da estratégia da Justiça Amapaense, pois ele é que possibilitará o alcance do resultado final (missão e visão), já que o seu objetivo é trabalhar o engajamento das pessoas. A proposta, portanto, é oferecer o melhor para o servidor em questão de carreira, de valorização para que se tenha o melhor do servidor, com o objetivo de se ter um cidadão mais satisfeito, ou seja, o projeto aponta para a necessidade de se mudar o papel da Gestão de Pessoas, que precisa conhecer o negócio do Tribunal.

Comentários:

O Assessor de Planejamento, Job Duarte Moraes, mencionou que, por ser um projeto estrutural, vai impulsionar os demais e ainda ajudar na implantação da Resolução nº 219, que trata da equalização da força de trabalho.



b) Projeto Judiciário Forte e Projeto Conciliação

O gerente do Projeto Judiciário Forte, Mário Mendonça, informou que seria feita a fusão desse projeto com o Projeto Conciliação, e informou também que por conta das ações implementadas pelo projeto conseguiram cumprir as metas nacionais 3 e 8 que foram estabelecidas para 2016. A gerente do Projeto Conciliação, Sônia Ribeiro, com relação à meta 3 (implantação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC), informou que em 2015 havia apenas 1 CEJUSC que funcionava na capital, e, por força da Resolução 125/2010-CNJ, esse número saltou para 20 CEJUSCs com a elevação dos Núcleos de Conciliação nos Juizados Especiais à condição de CEJUSCs, sendo que em cada Comarca existe pelo menos 1 CEJUSC. Portanto, a meta foi atingida, faltando apenas fazer a implementação dos números. Para a consecução da meta 8 (Implementar práticas de Justiça Restaurativa), está sendo viabilizado um Acordo de Cooperação Técnica com a Comunidade Nossa Família Santana, através do Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Santana, onde vem sendo desenvolvidas práticas restaurativas desde 2014. Um Acordo de Cooperação Técnica foi formalizado com o Ministério Público para a Instalação de um CEJUSC dentro do MP da Zona Norte, que dispõe de equipe treinada e já está em funcionamento, onde também serão trabalhadas as práticas restaurativas.

Haverá também a Instalação nas dependências do TRE/AP da Zona Norte de uma Grande Central de tratamento de conflitos onde se pretende trabalhar questões de mediação, conciliação e das práticas restaurativas. Outras ações implementadas para consecução dos objetivos dos projetos foram a Criação do Comitê de Práticas Restaurativas do TJAP e a execução do Programa de Mediação Escolar por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público, o Governo do Estado, a Prefeitura de Macapá e outros órgãos. Com a instituição dos Núcleos de Mediação Escolar, foram capacitadas mais de 600 pessoas entre professores e alunos na capital e também no interior. Foram criados o Núcleo de Mediação da Saúde, que é um programa desenvolvido pelo Desembargador Carlos Tork junto com a Justiça Federal. Instalação da Câmara de Mediação e Conciliação de práticas pré-processuais e de conciliação processual na Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA. As conciliações pré-processuais vêm ao encontro da política de desjudicialização. Outras ações que serão implementadas são: instalação dos Núcleos de Mediação da DEFENAP; da OAB; o programa SOS trânsito; audiências concentradas do PROCON, com 400 audiências por mês, o que tem diminuído a demanda dos Juizados Especiais, já que os conflitos são solucionados por meio de conciliação pré-processual. Outras ações que foram implementadas foram: programas de rádio (programa Conciliando a Diferença, com mais de 44 programas já realizados e todos disponibilizados no sistema youtube à disposição da comunidade. Por meio desse programa, as faculdades participam de debates acerca de artigos publicados por meio de Instituições de Ensino Superior; programa Justiça em Casa, que visa trabalhar a parte da Cidadania, que é desenvolvido também pela Rádio Universitária; programa Nas Ondas do Judiciário um rio de informações, que é desenvolvido com a Difusora; e o programa Justiça por Elas, sendo que este ainda será desenvolvido, e será voltado para violência doméstica, para questões relacionadas a mulheres. A Gerente do Projeto Conciliação informou que as referências para o planejamento das ações do referido projeto foram a Resolução nº 125/2010 do CNJ, as Leis Federais nº 13105/2015 e 13140/2015, que tratam do novo código de processo civil e da mediação, respectivamente.

No planejamento das ações desse projeto foram estabelecidos 2 resultados: a conciliação processual e a pré-processual, que foram desdobrados em subprodutos em virtude da fusão com o Projeto Judiciário Forte, que trata de aspectos relacionados à cidadania, a exemplo da Semana Nacional de Conciliação, realizada anualmente, as Semanas Estaduais de Conciliação, realizadas mensalmente, e a Semana de Conciliação da Execução Fiscal. A Gerente do Projeto Conciliação, Sônia Ribeiro, concluiu a apresentação ressaltando a necessidade de se fazer um estudo com o objetivo de adequar os indicadores que mensuram o alcance do objetivo estratégico ao qual está relacionado, pois os existentes não são suficientes para comportar as ações que estão sendo desenvolvidas pelo projeto, como exemplo, citou o sistema pré-processual que ainda não é possível medir e, por isso, está passando por mudanças substanciais. Além disso, informou que está sendo planejada a oferta de cursos de pós-graduação para capacitação de servidores e magistrados em medidas alternativas de resoluções de conflitos, por meio de parceria com a Unifap ou com ou de contratação de uma instituição de ensino de superior especializada no tema.



Na Central de Tratamento de Conflito da Zona Norte, que vai atuar especificamente com Cidadania, onde serão realizadas oficinas, palestras, treinamentos, encontros e seminários. Além disso, pretende-se trabalhar a pesquisa de satisfação quanto ao serviço de conciliação, que está sendo trabalhado nas ações da ouvidoria (interna e externa).

Comentários:

O Comitê de Gestão Estratégica orientou que a referência para a adequação dos indicadores desse projeto será obtida no Escritório de Projetos.

c) Projeto Valorização de Pessoas

A gerente do projeto, Maria de Jesus Santos Oliveira, informou que o indicador 3, que monitora as ações do seu projeto, é o índice de aderência aos parâmetros de distribuição da força de trabalho e que somente será alimentado quando for cumprida a Resolução nº 219/2016. Além disso, informou que em agosto está programado evento com todos os magistrados e servidores para que o projeto seja apresentado e eles possam opinar acerca das ações nele inicialmente estabelecidas e, assim, possam se sentir envolvidos. E que pretende programar outros eventos de capacitação que visem trabalhar algumas competências estratégicas já identificadas e, assim, contribuir para o indicador 4 (Índice de lideranças capacitadas nas competências estratégicas). Quanto ao indicador 1 (Índice de qualidade de vida no trabalho), a idéia é de que as ações que se pretende implementar com este projeto sejam executadas posterior ao evento de sensibilização quanto aos objetivos do projeto de Valorização de Pessoas. Além das ações mencionadas, foram previstas outras 5 prioritárias: 1. evento de sensibilização para magistrados e servidores para que eles conheçam o projeto e possam opinar e se sentir envolvidos; 2. preparação para a aposentadoria; 3. pesquisa de clima organizacional, previstas para agosto e setembro; 4. pesquisa de satisfação do servidor, que foi realizada pela corregedoria no ano de 2015, nas Varas Criminais, que somente terão seus resultados alterados quando as ações do projeto avançarem; 5. Melhoria da ergonomia no ambiente de trabalho.

Comentários:

O Gestor do projeto, Dr. Nilton Bianchini, ressaltou a importância de se trabalhar a mudança de comportamento de magistrados e servidores, já que os índices do ano passado mostraram que a satisfação e o comprometimento do servidor estão relacionados diretamente com o comportamento do magistrado e do chefe de secretaria também.

d) Projeto Teletrabalho

O gerente, Isaac Emanuel Silva Pereira, informou que o projeto mudou do objetivo estratégico Modernização para Valorização, apesar de discordar dessa mudança, por acreditar que o uso da tecnologia que permitirá o trabalho à distância estar mais relacionado à modernização da Justiça Amapaense do que à valorização de pessoas, já que existem servidores que não aderem à idéia do teletrabalho. Mencionou que o funcionamento do projeto está normatizado e sua execução está ocorrendo por meio de um plano piloto que ficará em fase de teste por um ano e tem como público-alvo apenas assessores. As solicitações de teletrabalho são feitas por meio de formulário, e já existem solicitações que estão pendentes do sistema automático para a definição de metas que está sendo finalizado, e a partir dele dados serão coletados e analisados com a finalidade de avaliar o projeto e, assim, subsidiar decisão quanto à necessidade de prorrogação do período de teste ou de emissão de uma resolução definitiva.

Comentários:

A gerente do projeto Valorização de Pessoas, Maria de Jesus Oliveira, defendeu a alteração de objetivo sob o argumento de que existe uma minuta da Política de Valorização de Pessoas elaborada pelo CNJ e que contou com a participação da sociedade, e nela está incluído o teletrabalho, pois é tido como uma inovação que valoriza muito mais as pessoas do que a tecnologia, uma vez que esta tem que estar a serviço daquelas.



e) Projeto Virtualização

O gerente, Waimir Bezerra Mesquita, informou que o projeto trata da Virtualização de Processos Administrativos e que hoje ainda não é possível mensurar quanto desses processos foram virtualizados. Sendo assim, o resultado do indicador 5 (Índice de virtualização de processos novos) de 34,55% se refere apenas aos processos judiciais, e com a cisão entre virtualização de processo administrativo e virtualização de processo judicial, o projeto vai passar a se chamar Virtualização do Processo Administrativo. Além disso, conforme foi acatado hoje pelo Comitê de Gestão Estratégica, alguns indicadores relacionados ao objetivo estratégico modernização, ao qual o projeto está vinculado, vão sofrer adequações, como a seguir: Transferência do indicador 5 (Índice de Virtualização de Processos Novos) do objetivo estratégico Modernização para o objetivo estratégico Simplificação; Criação do Índice de Modernização dos Processos de Trabalhos Administrativos no objetivo estratégico Modernização. Sugeri que o projeto Virtualização de Processos Administrativos seja transferido para a perspectiva Processos Internos, no Plano Estratégico 2015-2020, o que ficou de ser avaliado pelo Escritório de Projetos na reunião de gerentes.

Dificuldades encontradas:

1. A demora no processo de licitação do E-cidades, que agora está na fase de homologação;
2. A falta de mapeamento e definição do fluxo dos processos de trabalho, pois dela dependem outras atividades que precisam ser contempladas no projeto. Existe uma comissão responsável por fazer esse trabalho de mapeamento;
3. A falta de recursos humanos.

Comentários:

O Dr. Nilton Bianchini Filho perguntou para a presidente, Desembargadora Sueli Pereira Pini, se haveria possibilidade de contratação temporária de pessoal, por um período de um ano, com a finalidade de se atender as demandas do TJAP. Quanto a essa questão, a Desembargadora Sueli informou que quando o Dr. João Matos chegar com ela para falar sobre as necessidades de contratação de pessoal, eles vão tentar achar a uma solução, considerando a necessidade de se conter despesas e sem deixar de apresentar resultados. O Dr. Bianchini respondeu que com a otimização alcançada pela virtualização, pela redefinição dos fluxos de trabalho, as despesas atuais serão diluídas no futuro, tendo em vista que ela acarreta a redução de pessoal, conforme aconteceu no juízo onde é titular. O Desembargador Carmo Antônio ressaltou a necessidade de se aguardar os resultados do estudo que está sendo realizado sobre a redistribuição da força de trabalho no TJAP, conforme determina a resolução nº 219/2016, que deverá ser implementada até primeiro de janeiro de 2017.

f) Projeto Modernização de TI

O Gerente do projeto, Marco Antônio Campos Soares Craveiro, ressaltou que o seu projeto é de grande importância para o TJAP, pois a área de TI é estratégica para o cumprimento do trabalho da área fim. Ressaltou que se trata de um projeto que está diretamente relacionado aos projetos Virtualização e Tucujuris 2.0, ou seja, sem ele estes dois dificilmente acontecerão. Mencionou que o projeto está sendo desenvolvido com base na Resolução nº 211 do CNJ, que institui a estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário. É ela que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento desse projeto, entre elas: a) Adequação da Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC; b) Adequação dos Padrões de Desenvolvimento da Sustentação de Sistemas da Informação; c) Adequação da Infraestrutura Tecnológica; e, d) Adequação do Quadro Permanente de Servidores de Deliberação de Políticas de Gestão de Pessoas. Além desses quatro itens, foram criados outros três para atender às necessidades do TJAP: a) Terceirização dos serviços de TIC; b) Adequação da segurança da informação; e, c) Fortalecimento, investimento em atualização da equipe de TI. informou que está trabalhando no plano de gerenciamento do projeto.

Dificuldades encontradas:

1. Orçamento, uma vez que TI requer alto investimento. Embora os custos com investimento em TI sejam planejados, sempre há corte, o que compromete a implementação das ações planejadas. Um exemplo da necessidade desse alto investimento está no orçamento do projeto apenas para 2017 que está estimado em R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); e,



2. A falta de pessoal suficiente para dar andamento às atividades do projeto, pois os encarregados de fazê-lo têm que conciliá-las com outras atividades paralelamente, gerando sobrecarga para os servidores.

g) Projeto Simplificação

A gerente do projeto, Lidiane Fonseca Soares, informou que as ações implementadas para alavancar o indicador 7 (Tempo médio do processo judicial – dias) está sendo realizado um curso chamado "Boas práticas cartorárias", que propõe promover mudança de cultura no servidor que trabalha em cartório, de modo que ele entenda que o trabalho que precisa ser desenvolvido ali tem que ser feito em equipe, e para isso, estão previstas ações de sensibilização do servidor, além de treinamento para a correta alimentação do sistema. Acrescentou que o objetivo, ao final desse esforço, é fazer com que a Secretaria tenha uma equipe comprometida com o trabalho dela no todo e não somente com aquilo que lhe atribuído por regra. Quanto ao indicador 9 (Taxa de congestionamento na fase de conhecimento) e ao indicador 10 (Taxa de congestionamento na fase de execução), ambos também estão relacionados a essa ação de qualificação dos servidores das Secretarias. O impacto dessa qualificação nesses indicadores pode ser percebido nas Comarcas de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Porto Grande e Ferreira Gomes, onde ela já aconteceu, e o impacto dela nesses indicadores foram bastante significativos. Quanto ao indicador 11 (Índice de varas criminais com sistema de audiência por videoconferência), será implantada uma sala para este tipo de audiência na Vara de Execuções Penais – VEP, que ainda está na fase de protocolo, do qual depende também a instalação nas Comarcas de Laranjal do Jari ou Oiapoque, pois, para se alcançar a meta, é necessário instalar duas salas com sistema de videoconferência até 2016. E o indicador 12 (Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência) depende da instalação do sistema nas Varas, portanto, ambos ainda permanecem no vermelho com 0% de atingimento da meta. O indicador 13 (Taxa de congestionamento em litigância serial), que a partir de hoje passa a se chamar de "Taxa de congestionamento em demanda de massa" deve melhorar ainda mais com a instalação dos atos em lote, que já está em funcionamento. Quanto aos indicadores 14 (Taxa de congestionamento das ações de improbidade e combate à corrupção) e 15 (Índice de agilidade e julgamento nas ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública), as metas já foram atingidas.

Dificuldades encontradas:

1. Falta de comprometimento dos magistrados e dos chefes de secretaria no sentido de aderir às mudanças implementadas, às inovações, a exemplo do ponto inteligente que foi rejeitado por algumas Varas por ser visto como uma espécie de punição, uma vez que aderir-los poderia implicar em redução do quadro de pessoal da Vara.

Comentários:

O Desembargador Carmo Antônio se comprometeu, juntamente com o Dr. João Matos, em intervir nessa situação no sentido de garantir que os magistrados e chefes de secretaria tenham a oportunidade de esclarecer dúvidas acerca das inovações que o projeto propõe com o objetivo da melhoria da qualidade na prestação do serviço jurisdicional. O Dr. João Matos ressaltou também a necessidade de maior envolvimento da Escola Judicial na convocação dos servidores para participar das qualificações, no sentido de sensibilizá-los acerca da importância da participação deles nesses eventos.

h) Projeto Tucujuris 2.0

O gerente, Alan Davis Freire de Souza, informou que o objetivo do projeto é sistematizar o que a Simplificação propõe. Informou que ficou acertado com o Patrocinador, Desembargador Carmo Antônio, que não seriam propostas atividades para os quatro anos do projeto em virtude da cetera obsolescência da tecnologia. Para o cumprimento das metas de 2016, foram definidas as seguintes atividades: a) ato em lote do magistrado, que já está implementado; b) turma recursal; c) pauta rápida; d) certificação web dos oficiais de justiça para o interior; e) custas judiciais; f) ser eletrônica; g) secretaria única; h) cadastro do advogado web, que já está concluído; i) Tucujuris-Doc, que é a forma alternativa ao malote digital de tramitar toda a documentação de forma digital, que já está em constante ajuste e difusão.



Dificuldades encontradas:

1. Migração e absorção de tecnologia, que está confrontando com o negócio do Tribunal – o que antes era para ser providenciado para computador, agora tem que ser providenciado para celular e essa demanda não consegue ser atendida pelo pessoal do DESIS;
2. Necessidade de terceirizar a produção tecnológica, sob o argumento de que a mão-de-obra interna não tem condições de acompanhar a velocidade com que a tecnologia avança e de que custa mais caro para o TJAP designar um grupo de servidores exclusivamente para desenvolver e implementar uma determinada tecnologia, sob o risco de estar defasada quando concluída;
3. Necessidade de melhoria na estrutura e em pessoal.

Comentários:

O Dr. Luciano de Assis perguntou se algo está sendo ou será previsto no projeto no sentido de garantir que a validação do TUCUJURIS no 2º Grau, pois, atualmente, todos os atos lá praticados são feitos fora do sistema e depois lançados. O gerente do projeto respondeu que essa demanda deveria entrar na pauta de priorização da Secretaria de Gestão Processual Eletrônica – SGPE, inclusive para considerações iniciais de funcionalidade. O Dr. João Matos, membro do Comitê de Gestão Estratégica e Juiz Auxiliar da Presidência, concordou que de fato o TUCUJURIS não chega a ser uma plataforma de trabalho para o 2º Grau e que é uma pauta urgente, pois envolve treinamento de pessoas e que, portanto, a garantia de participação delas é fundamental, já que na reunião de apresentação do TUCUJURIS no 2º Grau, destinada ao chefe de gabinete e a um assessor, teve gabinete que não mandou nem chefe, nem assessor, o que comprometeu a integração desse nicho com o Tribunal. A gerente do projeto estratégico Simplificação, Lidiane Soares, informou que vai incluir os gabinetes do 2º Grau no programa de capacitação, que inicialmente previa a participação apenas do Departamento Judiciário. O Dr. Bianchini questionou os demais membros do Comitê de Gestão Estratégica acerca de qual seria a solução dada para a situação apresentada pelo gerente do projeto com relação à necessidade de se rever o modelo adotado pelo TJAP, e foi acatada a proposta do gerente do projeto de que um estudo seja realizado com o objetivo de comprovar que um novo modelo deve ser adotado e qual seria esse modelo. O Dr. João Matos concordou que fazer esse estudo é importante, porém, fez a ressalva de que é preciso considerar o cenário de médio prazo em que o PJE, que agora já está em nova versão (2.0), tende abarcar a justiça toda até 2019. E, por isso, sugeriu que o estudo de viabilidade de terceirização deve ser pensado para depois de 2020, quando a estratégia do TJAP será revisada. O gerente do projeto afirmou que a preocupação do Dr. João Matos era pertinente, porém que a proposta é de terceirizar apenas solução e não o modelo de negócio do Tribunal. Porém, se o plano é migrar para o PJE daqui a 4 anos, não aconselha a terceirização de grande porte.

i) Projeto Justiça Sem Fronteiras

O gerente do projeto, Mário Mendonça, mencionou que o objetivo estratégico a ser alcançado com o projeto é a melhoria do processo de captação de recurso financeiro, orçamentário e extra-orçamentário, visando à sustentabilidade e à melhoria do processo de aquisição de gestão de contratos. Nesse sentido, informou que como esse projeto consiste na sensibilização e negociação com os outros poderes para a obtenção de recursos não orçamentários de investimento, nos anos de 2015 e 2016, foram captados R\$3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) oriundos de emendas parlamentares para investimento, sendo que desse valor serão subtraídos R\$140.000,00 e mais o equivalente ao valor de uma pick-up.

Comentários:

O Gestor do Projeto, Job Duarte Moraes, informou que além dessas ações existe a expectativa de ser liberada uma emenda de bancada de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) ainda em 2016.

j) Projeto Plano de Obras

A gerente do projeto informou que ele está na fase de levantamento das necessidades de reformas, construções, estruturações e adaptação, e ainda não prevê a fase de execução. O trabalho final dele vai ser um plano de priorização, que será definido juntamente com o gestor e o patrocinador do projeto.

Dificuldade encontrada no projeto diz respeito ao levantamento de novas construções, que está dependendo da mudança de funcionamento de secretarias com a implantação de secretarias únicas, o



que vai impactar no tamanho do espaço destinado às Varas, e da mudança do Juizado Virtual para o prédio novo. É preciso sentar com a comissão responsável por mapear o Fórum a fim de definir quais as Varas passarão por reestruturação, e, assim, definir as ações para o projeto para o ano 2017 quanto esse aspecto.

k) Projeto Arrecadar Melhor

O gerente estava ausente.

l) Projeto Agenda Estratégica

O gerente, Rosywan Cantuária da S. Ferreira, informou que o projeto Agenda Estratégica se propõe a consolidar os marcos definidos por indicadores estratégicos; por instrumentos normativos do Tribunal, a exemplo da portaria de economicidade; pelas metas nacionais; pelo Justiça em Números; pela Produtividade, uma exigência recente do CNJ e que precisa ser mensurada mensalmente, que são instrumentos de gestão que dão suporte para a tomada de decisão.

m) Projeto Gestão em Foco

O gerente, Francisco Ângelo Martins Pereira, informou que o objetivo do projeto é o estabelecimento de diretrizes, normas e políticas estratégicas para a prática da comunicação eficaz entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e a sociedade, e que ele está em fase de elaboração do Plano de Ação de Publicidade das ações de todos os projetos estratégicos de forma qualitativa e quantitativa, e de todas as ações que o TJAP efetua, já que o foco do projeto é disseminar a cultura do controle social por meio da transparência, e assim alcançar o objetivo de promover a publicidade e a transparência das ações e dos resultados de todos os públicos de interesse.

n) Projeto Ouvir o Cidadão

O gerente, José Nazareno Lopes Machado, informou que o projeto já está em execução e propõe a instituir um canal de diálogo entre o Judiciário e a sociedade, para tanto dispõe de estrutura física, de atendimento presencial, de normas que o regulamente internamente. Mencionou que o novo parâmetro definido pelo CNJ é a Resolução nº 215/2016, que implementa no âmbito do Poder Judiciário a Lei de Acesso à Informação, será operacionalizada pelas ouvidorias dos Tribunais, e, de acordo com ela, o Tribunal precisa se adequar em 24 itens, que é o desafio principal do projeto hoje. Ressaltou que a ouvidoria atua no viés da transparência passiva, que ocorre o cidadão solicita a informação diretamente para a ouvidoria, quando o não a encontra no portal ou em outro lugar de divulgação. Além disso, informou que está trabalhando na integração do sistema estadual da ouvidoria por meio da Controladoria Geral do Estado, que tem por objetivo integrar as ouvidorias públicas do Estado e, também, que existe a proposta de se difundir o trabalho da ouvidoria nas redes sociais por meio do Projeto Agenda Positiva, o que está sendo tratado com a gerente do projeto, Shirley Kasahara.

o) Projeto Atendimento Nota 10

O gerente, Wellison Luis Santos da Silva, informou que a prioridade do projeto é trabalhar o atendimento ao jurisdicionado, para tanto pretende implementar ações de humanização do atendimento com o objetivo de sensibilizar os servidores sobre a necessidade de melhoria na qualidade do atendimento ao jurisdicionado. No âmbito interno, pretende implementar as seguintes ações: a) modernização do sistema de Recursos Humanos para inserção direta de licença médica, férias e licença prêmio, visando celeridade. Até 2018 e 2019, pretende-se instalar uma unidade centralizada de atendimento ao público. Além disso, planeja implantar atendimento online por meio de um chat.

Comentário:

Dr. Luciano sugeriu que os totens que estão depositados no arquivo do Juizado sejam disponibilizados para atendimento.

p) Projeto Agenda Positiva

A gerente do projeto, Shirley Neves Kasahara, mencionou que o projeto está relacionado ao objetivo estratégico "Relacionamento" que consiste na promoção da melhoria do relacionamento em todos os



níveis e com todas as partes interessadas, externas e internas, e que, portanto, ele consiste em estabelecer estratégias de comunicação ampla e interativa de duas vias para todos os públicos. Nesse sentido, informou que as ações planejadas para alcançar o que o projeto se propõe são: a) a revisão do plano estratégico de comunicação, que é de 2012, com vista a sua atualização com as novas normas de transparência e as demandas que serão apresentadas pelos projetos estratégicos que estão em curso. Com relação ao indicador 22 (Índice de qualidade do atendimento), a meta definida para 2015 foi de 70% e o valor alcançado com a realização de pesquisa do usuário foi de 77%. Explicou que em 2016 a meta está em 0%, porque a pesquisa de satisfação com o usuário está programada para acontecer entre os meses de agosto a dezembro, e ela acontece anualmente. A migração do indicador 24 (Índice de satisfação do cidadão) do objetivo estratégico Cidadania para o Relacionamento vai implicar na realização da pesquisa de satisfação do cidadão, ao custo estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Submeteu para o Comitê de Gestão Estratégica a sugestão da equipe do projeto de que essa pesquisa seja realizada a cada dois anos sob o argumento de que seria possível, dessa forma, avaliar as melhorias implementadas no decorrer de uma gestão.

Comentários:

O Dr. Bianchini questionou sobre a finalidade da pesquisa de satisfação do cidadão. A gerente do projeto respondeu que a finalidade da realização está em avaliar a imagem que a sociedade tem da instituição e, diante do resultado, trabalhar para melhorar sua imagem. Maria de Jesus, que é membro da equipe do projeto, complementou informando que em 2009 foi realizada, pela primeira vez, uma pesquisa dessa natureza pelo CNJ e o resultado foi de que o judiciário era extremamente mal avaliado, pois o cidadão não confiava no Judiciário e o julgava corrupto. O Comitê de Gestão Estratégica, por unanimidade, acatou a sugestão apresentada de que a pesquisa de satisfação do cidadão seja realizada a cada dois anos e a pesquisa de satisfação do usuário seja realizada anualmente.

q) Projeto Sistema de Justiça

O gerente estava ausente.

r) Projeto Justiça na Comunidade

O gerente, Josemir Mendes de Sousa Júnior, informou que o objetivo dele é a melhoria no fluxo de trabalho na justiça itinerante e a otimização do seu atendimento. Apresentou as seguintes iniciativas para execução do projeto: a) definição e divulgação de um calendário anual, que já foi aprovado pela presidência, tanto para a justiça itinerante fluvial quanto para a terrestre. Antes de cada ação da Jornada Itinerante é feita uma ampla divulgação; b) Criação de uma equipe precursora, para melhorar a divulgação, mas está em fase de planejamento e depende de reunião entre a presidência, a corregedoria e o pessoal do primeiro grau que já trabalhou na itinerância.

O gerente do projeto sugeriu que seja criado o turno da tarde com a mesma equipe da manhã, mas, para tanto, é preciso de autorização da corregedoria para que os servidores trabalhem no turno da tarde e componham um banco de horas. Sugeriu, também, ao Comitê de Gestão Estratégica, que, em função do alto custo da Justiça Fluvial e da diminuição orçamentária, fosse adquirida uma lancha para que uma equipe menor pudesse ir até o Bailique, bem como de bens para estruturar o posto avançado provisório de Bailique, e de uma versão offline do Tucujuris, pois a internet naquele Distrito é inexistente, e nos bairros, às vezes, não tem energia elétrica, o que acaba gerando retrabalho em função de todo o trabalho que precisa ser feito fora do sistema durante a realização das jornadas. Além disso, solicitou que seja disponibilizado ponto de internet para os postos avançados de Cutias do Araguari e Itauba.

Dificuldade encontrada:

1. Resistência à mudança em relação aos processos de trabalho.

Comentários:

O Dr. Luciano de Assis sugeriu adquirir equipamentos de áudio e vídeo (caixa de som e um aparelho de DVD) para serem utilizados na divulgação das ações.

O Comitê se comprometeu em atender as demandas apresentadas pelo gerente do projeto, ressaltando que seja dada prioridade à criação da versão offline do Tucujuris.

A Desembargadora Sueli Pini fez um relato da experiência de participação no II Congresso Internacional da AMB, mencionando que uma réplica do Barco Tribuna foi levado e apresentado na abertura do evento



RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Participantes	Data	Assinatura
Bernadeth Farias Córrea (Gestora de Projeto)	20.09.16	Bernadeth Córrea Farias
Adelson Armando Marques (Gestor de Projeto)	20.09.16	[Assinatura]
Adriana Moraes de Carvalho (Núcleo de Estatística)		
Joudson Medeiros de Oliveira (Núcleo de Estatística)	20/09/16	[Assinatura]
Téofilo Emílio Soeiro dos Santos (Núcleo de Estatística)		
Rosywan Cantuária da Silva Ferreira (Gerente de Projeto)	19.09.16	[Assinatura]
Alan Davis Freire de Souza (Gerente de Projeto)	20.09.16	[Assinatura]
Carlson Uchôa (Gerente de Projeto)		Ausente
Diego França da Silva (Gerente de Projeto) (Representado por Rosilene Campos Souza, pois estava de férias)		
Francisco Ângelo Martins Pereira (Gerente de Projeto)	20.09.2016	[Assinatura]
Gláucio Maciel Bezerra (Gerente de Projeto)		Ausente
Isaac Emanuel Silva Pereira (Gerente de Projeto) (Representado por Verna Yokono Souza, pois estava de férias)		
Marco Antônio Campos Soares Craveiro (Gerente de Projeto)		[Assinatura]
José Nazareno Lopes Machado (Gerente de Projeto)	20.09.16	[Assinatura]
Josemir Mendes de Sousa Júnior (Gerente de Projeto)		[Assinatura]
Shirley Neves Kasahara (Gerente de Projeto)	20.09.16	[Assinatura]
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Lucinéia da Silva Costa (Gerente de Projeto)		
Lidiane Fonseca Soares (Gerente de Projeto)		
Maria de Jesus Santos Oliveira (Gerente de Projeto)	19.09.16	[Assinatura]
Mário Teixeira de Mendonça Neto (Gerente de Projeto)	20.09.16	[Assinatura]
Wellison Luís Santos da Silva (Gerente de Projeto)		
Paula Tatiana dos Santos Lima (Escritório de Projetos)	19.09.16	Paula T. S. Lima
Sônia Regina dos Santos (Gerente de Projeto)	19.09.16	[Assinatura]
Walmir Bezerra Mesquita (Gerente de Projeto)		